

IMPORTANTE OBRA SOBRE O MOVIMENTO DE 1964

Luciara Silveira de Aragão e Frota

1964: A conquista do Estado (Ação política, poder e golpe de classe) é o produto da pesquisa realizada por René Armand Dreiffus, no período de 1976-1980 para sua tese de doutoramento em Ciência Política na Universidade de Glasgow, na Escócia. A idéia inicial para a escolha do tema surgiu quando Dreiffus, uruguaio de nascimento, participava do Curso de Mestrado em Política na Universidade de Leeds, Inglaterra, sob a orientação dos professores Hamza Alawi e Ralph Miliband.

Para consecução dos seus objetivos, fizeram-se necessárias pesquisas não só no Brasil, mas ainda nos Estados Unidos sob o patrocínio do **Social Science Research Council**, da Grã-Bretanha. No Brasil, as pesquisas estenderam-se a fontes não publicadas, nos Arquivos do IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais); Arquivo Nacional (pesquisando-se aí também os arquivos de Luís Viana Filho e de Paulo de Assis Ribeiro); o do Marechal Castelo Branco, no CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação) da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro; a Coleção ECEME (Escola do Comando e Estado-Maior do Exército) e documentos da Biblioteca do Exército, Primeira Região Militar e da Escola Superior de Guerra. Nos Estados Unidos, as pesquisas em fontes não publicadas englobaram o National Security – Brazil; Presidential Office Files – Staff Memoranda e Ralph Dungan Papers na Biblioteca John Kennedy em Boston.

O elenco destas fontes, dentre outras, faz acreditar que benefícios maiores poderiam resultar do exame e análise de tão vasta documentação.

Do ponto de vista formal, o trabalho não contém Introdução, além de sucintos agradecimentos apresentados como tal. O Capítulo I, “A formação do populismo”, é o que faz às vezes de intróito, retroagindo aos anos 30. A Introdução fez falta, principalmente quando consideramos as suas volumosas 814 páginas. Neste primeiro capítulo, o autor foi muito feliz quando partiu da consideração inicial do que apesar de a indústria e de os interesses agro-exportadores haverem estabelecido um “estado de compromisso”, a coexistência entre si foi difícil sendo o período marcado

por crises contínuas. Tal acontece, de fato, a partir de 1932, o que levou ao estabelecimento do **Estado Novo** em 1937. Sem perder o foco de seu interesse central ligado à identificação das forças sociais que emergiram na sociedade brasileira com o processo de sua internalização (em sua etapa moderna e o acompanhamento de sua intervenção no Estado e na Sociedade Brasileira), Dreiffus faz referência aos “slogans” adotados pelos empresários em sua convenção nacional de 1945, tais como “democracia econômica” e “justiça social”. Referindo-me à mobilização das classes trabalhadoras, de fato, feita dentro de certos limites, indica-a como suporte para “o estabelecimento de um executivo relativamente independente” colocando Vargas acima do controle das Forças Armadas. Daí a conseqüente reação do Exército (tendo a FEB como frente) aliando-se aos industriais locais, à oligarquia, às classes médias e às empresas multinacionais (as quais haviam então renovado os seus interesses pelo Brasil), depondo o presidente.” Reportando-se à eleição do Marechal Eurico Gaspar Dutra, dado como o responsável pelo favorecimento do “laissez faire” na área econômica, aparece “frouxa” a ascensão do Partido Comunista, o qual obteve nas eleições o mesmo número de votos que o PTB. Tal assunto, se mais explorado, forneceria ao leitor melhor imagem da “cooptação da classe trabalhadora pelo populismo”.

Dividido em dez capítulos — na verdade considerando seu autor como capítulos a Introdução e a Conclusão (Cap. X) — o trabalho não chega a analisar toda a documentação disponível apresentada, possivelmente em função mesmo da grande quantidade de material obtido. Os dez “capítulos” compõem a primeira parte do livro, num total de 493 páginas. Na segunda parte do livro, Dreiffus inclui mais de 390 páginas de publicação de apêndice. Tais apêndices são concernentes à lista de membros da American Chamber of Commerce, por exemplo, às atas esparsas das reuniões do IPES (23 de novembro 62, 22 de janeiro, 8 de abril 63), cartas e relatórios, porém sem uma adequada explicação e/ou análise, nem ligação precisa com a primeira parte do livro. Numa época em que a concepção de História superou a idéia de que “os fatos falam por si mesmos” e a de que seja História a mera publicação de documentos (como se os fatos ali estivessem adormecidos à espera de quem os acordasse) fica frustrada a curiosidade intelectual do leitor, mormente quanto aos documentos relacionados à infiltração comunista, em 1964. Consiste pois na primeira parte o maior interesse do estudo.

Interessante é a distribuição didática do conteúdo dos capítulos numa montagem coerente de subtítulos em relação ao título-chave, seguindo-se a todos, fartas notas bibliográficas. É pena que a trabalho de tal fôlego, falte um indispensável índice remissivo.

Mediante a descrição do complexo que levou a elite orgânica à ocupação e atuação nos postos estratégicos do Estado, desde a fase do recrutamento, estrutura decisória e organização para a ação, o autor nos põe em contato com os acontecimentos políticos num estilo atraente como se estivesse o leitor convivendo familiarmente com os personagens citados. Rico de informações, o trabalho tem o mérito de desmistificar a idéia do não-envolvimento dos empresários nos negócios políticos. “A forma de ação política mais importante exercida pelos empresários e técnico-empresários é que sempre foi pouco enfatizada em estudos anteriores da conjuntura política do início da década de sessenta, a campanha dirigida pelo IPES contra o executivo, a esquerda e o trabalhismo.”

Em suas conclusões, até certo ponto modestas, Dreiffus, afirma que “a nova relação entre o Estado, as classes dominantes e o bloco de poder multinacional e associado permitiu ao IPES moldar o processo de modernização econômica. Volta-se para uma História do bloco do poder multinacional principiada em 1º de abril de 1964, época em que “tornaram-se Estado” os novos interesses dominantes. A proposta contida no primeiro parágrafo de suas conclusões, sobre observações ligadas às implicações metodológicas, teóricas e políticas são insuficientemente cumpridas ao longo de todo o trabalho, limitando-se seu autor apenas às menções e referências a Gramsci e a Poulantzas.

Lançado numa época de poucos estudos sobre o empresariado brasileiro e sua atuação, a obra de Dreiffus não pode, contudo, deixar de ser da maior validade para os interessados na História Contemporânea do Brasil, constituindo-se em uma fonte de consulta obrigatória aos seus estudiosos.

(Pretópolis, Vozes, 1981. 814 página)

*